



EXPERIÊNCIAS DEMOCRÁTICAS, CAPITAL SOCIAL E SOCIEDADE CIVIL: ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO TEÓRICA E EMPÍRICA.

Reidy Rolim de Moura

RESUMO

Neste trabalho discute-se o conceito de capital social e de sociedade civil, trazendo questionamentos importantes sobre esta literatura que vem despontando no mundo acadêmico nos últimos anos, principalmente no que se refere a conceituação e as alternativas para se pensar na presença do associativismo civil em experimentos democráticos atuais e a relação com a democracia. A metodologia utilizada para a obtenção dos dados foi a pesquisa de campo com entrevistas estruturadas, pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa em jornais locais. Como principais resultados, percebeu-se que em Blumenau o governo não incorporou o processo do OP como uma de suas prioridades. Verificaram-se algumas debilidades responsáveis por impactar negativamente a autonomia do OP no município, como por exemplo, a descontinuidade do processo que deveria ser anual, a prestação de contas deficitária e as dificuldades na distribuição dos recursos financeiros entre as regiões. Quanto à tradição associativa, apesar de inicialmente ter havido uma participação e mobilização das Associações de Moradores para a consolidação do OP, estas mesmas associações foram se afastando no decorrer do processo. Na medida em que se percebeu uma grande mobilização coletiva para o OP, do mesmo modo, essa participação acabou contaminada pelas tradições clientelistas que, presentes também nas entidades comunitárias, foram levadas para o interior do processo.

Palavras chaves: Capital Social, Sociedade Civil, Orçamento Participativo, Democracia.

INTRODUÇÃO

Com o intuito de dar visibilidade a discussão do conceito de capital social e de



sociedade civil, enfatiza-se neste trabalho a experiência do Orçamento Participativo em Blumenau a partir de três variáveis consideradas fundamentais para o desenvolvimento desse processo: compromisso governamental, desenho institucional e tradição associativa. Os elementos empíricos a serem apresentados neste trabalho decorrem dos resultados da minha dissertação de mestrado defendida em fevereiro de 2004 no mestrado em sociologia política da UFSC, cuja metodologia utilizada na referida pesquisa foi a pesquisa de campo com entrevistas estruturadas, pesquisa bibliográfica, documental, consultas a entrevistas realizadas no período de 1998 à 2001, resultante de pesquisas de iniciação científica e pesquisa em jornais locais. Para uma melhor organização e apresentação do presente trabalho, inicialmente apresenta-se elementos teóricos acerca da temática de capital social, principalmente no que se refere a conceituação e as alternativas para se pensar na presença da sociedade em experimentos democráticos atuais e a relação com a democracia. Posteriormente, enfatiza-se a experiência do Orçamento Participativo em Blumenau a partir de três variáveis consideradas fundamentais para o desenvolvimento desse processo - compromisso governamental, desenho institucional e tradição associativa a fim de dar visibilidade as questões teóricas aqui propostas à discussão.

CAPITAL SOCIAL E SOCIEDADE CIVIL

A respeito do associativismo em experiências democráticas, conforme Luchmann (2003) o conceito de capital social vem sendo importante estatuto teórico e na última década tem sido muito popular entre acadêmicos, consultores e funcionários de instituições tanto públicas como privada. Tem-se atribuído múltiplas funções e se tem dito que seria um elemento chave para explicar e promover o desenvolvimento econômico, melhorar o funcionamento do setor público, manter a estabilidade dos sistemas democráticos e superar a pobreza. Este conceito tem sido auge entre discussões de investigadores de distintas disciplinas, desde a antropologia, a economia, a história, a sociologia e a psicologia têm se desenvolvidas investigações tanto teóricas como empíricas sobre o capital social, bem como tem se discutido



alternativas de discussão teórica como discutir o conceito de sociedade civil a partir da vertente da democracia deliberativa como se verá a seguir. Existe uma grande variedade de enfoques e posturas com respeito ao capital social que enfatizam a capacidade de mobilizar recursos, a pertinência de redes, as fontes que as originam, as ações individuais ou coletivas que a infra-estrutura do capital social possibilita e finalmente as conseqüências e resultados positivos e negativos que pode gerar. Na categoria de fundadores do conceito de capital social, destaca-se Pierre Bourdieu, James Coleman, entre outros. Porém, um ator principal que trouxe a cena da academia a discussão acirrada e polêmica deste conceito foi Robert Putnam, que de acordo com Reis (2003), apesar dos méritos do autor, no que diz respeito à síntese de 20 anos de pesquisa empírica na península Italiana, a elaboração teórica deixa a desejar, quando este elabora suas conclusões no final do livro, com perguntas sem respostas e falta de uma analítica mais sólida e estruturada de seus argumentos. Reis (2003) enfatiza que Putnam e seus colaboradores saíram em busca da identificação de alguma variável sócio-cultural ou econômica, cuja variação correspondesse às oscilações inter-regionais do seu índice de desempenho institucional e encontraram correlação positiva com índice de modernidade econômica, mas também correlação espantosa com índice de comunidade cívica. O autor destaca o lugar ocupado pela categoria confiança no argumento de Putnam, pois ela é elevada no último capítulo à condição de crucial mecanismo causal de argumento - mas ela não é objeto de qualquer tentativa de mensuração empírica. Não há índice de confiança interpessoal em Putnam. O propósito inicial de Putnam é modesto, ele busca a explicação para diferenciais de desempenho de instituições (democráticas) idênticas em contextos sociais distintos. Identifica uma variável independente tremendamente relevante em seu "índice de comunidade cívica" (comparecimentos a referendos, leitura de jornais, proliferação de associações desportivas, culturais, identificação partidária). De acordo com Reis (2003) Putnam recorre a noção de capital social - substituindo a idéia de comunidade cívica - e produz a conjectura de que seria a confiança interpessoal o mecanismo pelo qual o capital social produziria seus efeitos sobre o desempenho institucional. Entretanto, esta conjectura jamais é testada empiricamente, sequer são sugeridas estratégias de



operacionalização empírica posterior do conceito de confiança. (REIS, 2003). No que diz respeito especificadamente ao conceito de capital social, Reis (2003) destaca a fortuna crítica deste no argumento de Putnam, tendo em vista “sua elevação a variável-chave para identificar as potencialidades de implementação bem-sucedida de políticas e programas públicos em contextos variados.”(p.43). Nesse sentido, concorda-se com o autor, quando este argumenta ainda que mesmo assim, o conceito continua vago, com ambigüidades que problematizam sua operacionalização teórica. Reis (2003) enfatiza que na obra de Putnam o conceito capital social é uma espécie de coadjuvante que rouba a cena nos momentos finais. O desempenho institucional é a variável que tem na obra de Putnam papel principal. Reis (2003) também coloca que Putnam dirige-se ao conceito como características da organização social, confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas e passa então a citar Coleman (1990), para dizer que o capital social é produtivo e possibilita a realização de objetivos inalcançáveis se ele não existisse. Assim, Reis (2003) aponta o pecado de Putnam ao colocar “confiança, normas e sistemas” , como definição de capital social, que seriam atribuições muito distintas e argumenta que conforme se caracteriza o capital social, a natureza do argumento varia bastante e especialmente o lugar dele ocupado pela sua variável chave: a confiança. Contudo, Reis (2003) esclarece que apesar da identificação de algumas questões analíticas ainda em aberto na literatura quanto ao significado do conceito de capital social a partir de Putnam, pretende, antes de qualquer coisa, fazer um exercício de auto-esclarecimento não desconsiderando o conceito e a importância deste na atualidade. Já Luchmann (2003), ao discutir sobre o conceito de capital social e sociedade civil, enfatiza que o conceito de capital social está vinculado a um determinado modelo de democracia (p. 107). Coloca que “se o conceito de capital social está vinculado ao modelo de democracia liberal, o conceito de sociedade civil desenvolveu-se, na contemporaneidade, em íntima articulação com o modelo de democracia deliberativa ou participativa” (p. 107). Seguindo essa lógica, Luchmann (2003) destaca que nas vertentes teóricas que centralizam o conceito de capital social, a dimensão ou densidade histórica das práticas associativas constitui-se em variável de destaque para



o desempenho do bom governo. Ainda sobre o conceito de capital social, acrescenta que várias críticas vêm sendo feitas, principalmente reclamando-se da necessidade de se qualificar o caráter associativo e participativo que está embutido no conceito, bem como “reavaliar a tendência reducionista deste referencial, na medida e que estabelece o capital social como categoria central para a avaliação de processos de natureza complexa e que envolvem outros fatores e determinantes político-institucionais”(Luchmann, 2003, p. 109). Luchmann (2003) destaca duas críticas na teoria do capital social. A primeira refere-se a relação imediata entre capital social, comunidade cívica e democracia. Segunda a autora, ela está ancorada de que as redes horizontais e associações da sociedade civil são desiguais e com diferentes estruturas de poder e acesso a recurso. Enfatiza que Putnam é acusado de não distinguir os tipos de associações, supondo então uma homogeneidade da sociedade civil que negligencia relações de poder e de conflitos no interior desse campo. (BRYCESON, 2000; BEALL, 1997 apud LUCHMANN, 2003). Além disso, Luchmann (2003) chama a atenção de que os indicadores utilizados por Putnam de comunidade cívica deixam muito a desejar na medida em que não qualificam o conteúdo das orientações e ações do associativismo. A segunda crítica que Luchmann destaca é quanto ao caráter reducionista, na medida em que elege o capital social como variável independente na implementação de processos que, por apresentarem uma natureza complexa, sofrem influência de um conjunto de fatores; e determinista, porque vincula a idéia de capital social a uma perspectiva de dependência histórica e cultural que ignora o papel da ação e organização política. Partindo deste conjunto de críticas, Luchmann (2003) sugere a comparação com o conceito de sociedade civil, que segundo ela “ancorado nas práticas dos movimentos sociais, tem se constituído como importante instrumento para um novo modelo democrático” (p.107). O conceito de sociedade civil segundo Luchmann (2003), está assentado em um modelo de democracia que se caracteriza pela idéia de que muito mais do que ser sensível às demandas sociais, aquele governo que incorpora os atores sociais nos espaços e idéias de discussão e definição de políticas públicas seria então “um bom governo”. Nesta perspectiva a autora considera a democracia deliberativa como referencia central, juntamente com os conceitos de sociedade civil e



de esfera pública pois a partir de certas características “o conceito de sociedade civil vincula-se a uma concepção de democracia deliberativa que procura aprofundar a democracia representativa, na medida em que prevê uma participação ativa da população na discussão e definição das políticas públicas” (p. 108). Porém, para além da conceituação habermasiana de sociedade civil e esfera pública, Luchmann (2003), acrescenta que para contribuir e construir um modelo de democracia alternativa, é preciso levar em consideração a importância de outros fatores ou variáveis, a exemplo da vontade política e desenho institucional. Porém ressalta que falar da institucionalidade significa pensá-la duplamente pois “se por um lado, as instituições são resultantes de articulações e forças sócio-políticas, por outro lado, apresentam um caráter (mais ou menos) impositivo no sentido de impactar relações sociais” (LUCHMANN, 2003, p. 127). A autora coloca ainda que pensando numa perspectiva democrática deliberativa, significa pensar a institucionalidade enquanto “uma construção institucional pautada em mecanismos - democráticos - de garantia dos princípios da igualdade, pluralismo e liberdade” (LUCHMANN, 2003, p. 127). Assim, concorda-se com a autora quando sustenta que o poder deve organizar-se democraticamente através de instituições que, “construídas através da discussão pública, mediam as relações entre os interesses individuais e coletivos, na construção do interesse público a ser implementado pelo complexo administrativo estatal” (Luchmann, 2003, p. 127).

EXPERIÊNCIAS DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVAS: ELEMENTOS DA EXPERIÊNCIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (OP) EM BLUMENAU.

As experiências de Orçamento Participativo no Brasil surgem no contexto posterior a promulgação da Carta Constitucional de 1988 na qual, entre outras questões, possibilitou a participação popular nas decisões públicas, a partilha do poder Estatal e maior controle social por parte da sociedade civil. Neste referido contexto, experiências vieram ocupando os debates acadêmicos e político-sociais quando se pensava em democracia, como é o caso dos Orçamentos Participativos e dos Conselhos Gestores



de Políticas Públicas, entre outros que também ganharam notoriedade na última década como Agenda 21, Estatuto da Cidade, Conferências, Fóruns, etc. O OP é analisado por alguns autores - Avritzer (2003), Luchmann (2002), enquanto uma experiência que consolida um controle social, na medida em que este se define enquanto um espaço público, onde a população participa da alocação de recursos públicos municipais de investimentos através de assembléias regionais (ou comunitárias dependendo do desenho institucional que o município conformar a experiência) onde podem participar através da escolha dos delegados (seus representantes, sendo que na maioria das experiências são necessários 10 votos para eleger 1 delegado) e debater nas instâncias do OP (como é o caso das Assembléias, dos Fóruns de delegados e do Conselho Municipal do OP) o que priorizam enquanto investimento para seu bairro ou região. Assim o debate é realizado pela população, tendo em vista que, apesar das diretrizes de investimento já definidas pelo governo, a população vai definir as obras que constarão no plano de investimento (considerado no caso de OPs como o contrato entre população e executivo) através da argumentação e conseqüentemente do consenso, sendo que não é intenção por hora aprofundar como e que implicadores este processo envolve, mas sim, ressaltar que no OP é possível o exercício da participação da população no que diz respeito aos recursos públicos, nas suas deliberações, bem como na execução do que é deliberado (sendo que o OP permite o acompanhamento e fiscalização das obras definidas como prioritárias) promovendo a visibilidade social, a prestação de contas, bem como a possibilidade da participação da população individualizada, sem necessariamente estar organizado (ou, efetivamente com representação de alguma entidade organizada). Nesse sentido, o OP também pode possibilitar que a pessoa se apodere de conhecimento sobre como se constitui um orçamento público, bem como, de outras funções do governo que pode ir além do orçamento municipal. Na medida em que se foi tendo contato com várias literaturas ancoradas em estudos de OPs, foi possível perceber alguns elementos importantes a serem observados ao se estudar esta experiência, bem como, outras experiências democráticas inovadoras como os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, Congressos, Fóruns da Cidade, Agenda 21, entre outras. Dentre alguns



desses elementos destacam-se as variáveis: **compromisso governamental**, **desenho institucional** e **tradição associativa**. Nesse sentido, experiências democráticas participativas como OP, requerem, indo além das questões da diversidade e do conflito, primeiramente um efetivo comprometimento do governo, que se torna fundamental para sua efetividade. Assim, o **compromisso governamental** pode ser entendido como “o apoio que a administração proporciona para programas participativo-democráticos que se torna então parte integral para o seu sucesso” (MOURA, 2004, p. 29). Ou seja, esta variável torna-se importante na medida em que os agentes políticos governamentais conseguem reunir ações que possibilitem condições efetivas de participação popular. Nessa perspectiva, os governos, através de seus discursos e práticas, podem colocar-se tanto como estimuladores e potencializadores, como podem aparecer como obstáculos na busca de uma ação voltada à participação. O **desenho institucional** de acordo com Luchmann (2002) define-se como o resultante das articulações Estado e Sociedade e que se configura como “o conjunto de regras, critérios, espaços, normas, leis, que visam fazer valer e promover a realização prática dos princípios democrático-participativos” (p. 143). Ainda para a autora, através dessas regras e princípios é que se pode criar mais ou menos oportunidade de participação da população, conforme a determinação do processo institucional de programas ou administrações. Os critérios também vão dar a legitimidade ou não na solução das demandas que surgirão a partir da população. Finalmente, a **tradição associativa**, ou seja, a importância da atuação da sociedade civil, constituindo-se como elemento central na reconfiguração dos mecanismos tradicionais de decisão política, com uma ação propositiva visando interesses em comum. A existência de uma rede associativa relativamente densa e ativa pode ser potencializadora da participação em experiências participativas, na medida em que for integrada por atores comprometidos e capazes de se oporem a formas de organização e participação de base clientelista e paternalista. Para esta variável destaca-se os indicadores: - participação das entidades e organizações associativas no OP, bem como o vínculo dos representantes eleitos para o OP (conselheiros e delegados) com estas organizações; - o tipo de sociedade civil



emergente dos anos 80 e as características histórico-políticas tanto do município, como das entidades associativas; - a participação da sociedade civil na implementação do OP, bem como as que mais se opõem ao processo; e - as tensões entre as organizações civis e o OP, sendo este um espaço de formação que pode propiciar o surgimento de novas lideranças percebendo assim os impactos do OP no associativismo local. Para a análise desta variável é preciso estar atento para o grau de relação que estes indicadores vão apresentar frente aos resultados de eficácia do OP (MOURA, 2004). A partir da análise dos indicadores de cada uma das variáveis mencionadas no município de Blumenau, foi possível verificar os resultados e impactos desta experiência neste contexto específico. Quanto ao compromisso governamental, percebeu-se que o governo não incorporou o processo do OP como uma de suas prioridades, demonstrando inclusive momentos de tensão entre as deliberações do OP e determinados segmentos do governo, como foi o caso de algumas secretarias municipais. No período de 97 a 2001, o OP foi muito prejudicado, pois muitos agentes políticos não entendiam o seu significado e não assumiam o compromisso que deveriam, principalmente quando estes não eram do Partido dos Trabalhadores. A situação de conflito com algumas Secretarias Municipais pôde ser observada diretamente nas atividades anuais do OP. Em algumas rodadas e reuniões, nas quais os secretários deveriam prestar contas da atuação de suas Secretarias, ou então esclarecer dúvidas para os participantes do OP, estes, mesmo quando convidados, não compareciam. Havia muita resistência por parte dos secretários em comparecer às reuniões. O que muitas vezes acontecia era eles mandarem algum subordinado para dar as explicações solicitadas pelos membros do CMOP e quando isto não convencia, transferirem a reunião por tantas vezes que os interessados acabavam desistindo. A falta de priorização do OP no município refletiu também nos investimentos de recursos financeiros para o programa, expondo o OP ao descrédito, fragilização e desconfiança por parte da população, que não viu concretizar o atendimento de suas demandas. A capacidade de investimento do município para as obras escolhidas pela população diminuiu substantivamente de 1997 para 2003. Em 1997 o percentual de investimento municipal destinado para o OP foi de 7% (aproximadamente 11.000.000,00), já em



2000, este percentual baixou para 1% (5.000.000,00). Junto a este dado considera-se o fato de que em 1999, 2001 e 2002, o OP não desenvolveu seu processo anual, ou seja, não houve escolha de novas obras para o OP, dando-se ênfase às obras ainda não realizadas dos anos antecessores. Em 2003, a porcentagem geral de obras que já haviam sido concluídas desde 1997 era de 68%, ou seja, muitas prioridades elencadas pela população na implementação do processo do OP, ainda não haviam sido atendidas. (MOURA, 2004). Identificou-se ainda que a responsabilidade pela condução do processo ficou restrita aos membros da equipe do OP, gerando uma sobrecarga e desgaste para responder aos anseios da população que cobrava as prioridades eleitas. Quanto ao desenho institucional em Blumenau, também se verificou nesta variável algumas debilidades responsáveis por impactar negativamente a autonomia do OP no município, tendo em vista um conjunto de fatores: a descontinuidade do processo que deveria ser anual, nos anos de 1999, 2001 e 2003; a prestação de contas deficitária e as dificuldades na distribuição dos recursos financeiros entre as regiões. Um dos fatos que ilustra a debilidade mencionada refere-se a divisão administrativa do OP de Blumenau em somente 09 regiões. Tendo em vista o número de habitantes da cidade (270 mil habitantes), considera-se que esse número de regiões deveria ser maior. Sabe-se que as regiões apresentam a aglomeração de diversos bairros, sendo que a sua redução prejudica uma aproximação das bases da sociedade, fazendo com que a relação não seja muito próxima também entre a população e os representantes eleitos - os delegados e conselheiros. Entende-se que a divisão regional deveria ser feita de forma a ampliar as oportunidades de participação como, por exemplo, diminuir o custo de deslocamento para as reuniões, fazendo inclusive com que as pessoas que não participam do OP por dificuldades de chegar ao local, comecem a participar. O governo tenta amenizar esta situação colocando à disposição da comunidade transporte para as assembléias que deveriam acontecer uma vez por ano, enquanto que as reuniões das CRDs, com os delegados que a população vota nas assembléias, acontecem mensalmente. E enfim, no que se refere a tradição associativa, em Blumenau/SC, apesar de inicialmente ter havido uma participação e mobilização das Associações de Moradores para a consolidação do OP, refletido no número de participantes nas



atividades do OP que contavam com a mobilização dessas Associações Comunitárias, estas mesmas associações foram se afastando no decorrer do processo. Reflexo disso foi a postura da UNIBLAM - União das Associações de Moradores de Blumenau e de algumas Associações de Moradores, que demonstraram não ter incorporado o OP como um espaço de atendimento das demandas, procurando solucionar suas reivindicações através de outros canais que não o OP. Este procedimento pareceu revelar também uma desconfiança com o processo do OP em Blumenau, haja vista os problemas acarretados com o descomprometimento do governo para com este programa participativo. Quanto a dados quantitativos da participação da sociedade civil no processo do OP de Blumenau, ressalta-se que numa pesquisa realizada em 1998 com os delegados da gestão 1998-2000 (não houve eleição de delegados em 1999, sendo o mandato dos que foram eleitos em 1998 prorrogados até o ano de 2000) em todas as regiões administrativas do OP foi levantado o perfil dos seus participantes. Constatou-se que num universo de 412 sujeitos participantes do OP (delegados e conselheiros), 61% deles faziam parte de alguma Organização Comunitária (ANDRADE e MOURA, 1999). Foi verificado também que as Associações de Moradores eram as Organizações Comunitárias mais presentes no interior do OP. Além disso, Andrade (1994), ao realizar pesquisas sobre a criação das Associações de Moradores em Blumenau, (que em sua maioria foram criadas de modo institucionalizado com relações clientelistas e conservadoras), comenta o fato de que na cidade de Blumenau existe uma tradição de dinamização das entidades associativas, demonstrando uma forte capacidade de organização em prol de algo em comum, um objetivo ou situação emergente de problemas adversos de qualquer natureza que venha a afetar o município. Exemplo disso foram as enchentes em Blumenau que demonstraram uma capacidade de organização e de solidariedade muito forte para limpeza, assistência aos desabrigados e outras soluções que a situação demanda. Ocorre que, na medida em que se percebeu uma grande mobilização coletiva para o OP, considerando o aumento de participação no processo mesmo diante das suas fragilidades, do mesmo modo, essa participação acabou contaminada pelas tradições clientelistas que, presentes também nas entidades comunitárias, foram levadas para o interior do processo. Com



relação a esta participação, mesmo diante do processo do OP em Blumenau acontecer com dificuldades, o que se aponta é que a população não deixou de participar, pois quis garantir de alguma forma, que, se em algum momento o OP pudesse dar conta de suas prioridades, estes teriam no plano de investimento (caderno onde se registra as prioridades das regiões) contrato, e, assim, seria possível uma cobrança mais legítima para com o executivo. Percebeu-se também que enquanto em Chapecó houve uma aproximação das entidades comunitárias com o OP, possibilitando o questionamento e o afastamento da maioria dos sujeitos que insistiam numa ação conservadora, clientelista e centralizadora, (a exemplo das Associações de Moradores e da UNICHAP - União das Associações de Moradores de Chapecó), em Blumenau, apesar de inicialmente ter havido uma participação e mobilização das Associações de Moradores para a consolidação do OP, há no decorrer do processo um significativo afastamento das entidades comunitárias aliado a um descomprometimento do governo para com o programa e uma fragilidade no desenho institucional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto acima, cabe primeiramente ressaltar que o conceito de sociedade civil apresenta-se como uma boa alternativa teórica ao se discutir sobre o grau ou densidade associativa de determinados contextos que podem impactar ou não em experimentos democráticos participativos. Nesse sentido, mais uma vez concordamos com Luchmann (2003) quando afirma que as características de participação ativa, crítica e pública do associativismo que estão implicadas no conceito de sociedade civil parecem justificar a escolha deste conceito - frente ao capital social. Outro fator importante a ser observado é que experiências democrático-participativas devem ser percebidas enquanto processos democráticos de participação popular, que estão à mercê de determinações específicas que podem potencializar ou não o sucesso em seu resultado. Algumas dessas determinações podem ser verificadas enquanto as variáveis aqui mencionadas: compromisso governamental, desenho institucional e tradição associativa, enfatizando-se aqui, conforme visto na experiência



de Blumenau, que a tradição associativa está intimamente relacionada com outros aspectos que potencializam a presença da sociedade civil como um todo na gestão pública, como é o caso das outras variáveis: compromisso governamental e desenho institucional. Ressalta-se ainda que a variável desenho institucional tem papel central quando se discute a participação da sociedade civil em experimentos democráticos, pois o processo de regionalização, a construção dos critérios de distribuição dos recursos públicos para as obras demandadas pelas coletividades, os diversos fóruns de debate e negociação, as regras de escolha de delegados e conselheiros, a criação dos fóruns temáticos, enfim, a dinâmica institucional que pode operacionalizar a participação ativa ou não dos sujeitos políticos e sociais. Enfim, destaca-se a importância do estudo de experiências democráticas que vierem a surgir, pois podem contribuir para o debate democrático atual, considerando a importância destas para se pensar em alternativas frente aos limites da democracia representativa e enquanto um conjunto de inovações na área de argumentação e deliberação, de forma que é preciso atentar-se para as variáveis citadas aqui, a fim de criar condições positivas para o desenvolvimento de futuras experiências.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Edinara T de. **Reconstituição da história das associações de moradores de Blumenau**. Blumenau: FURB, 1994, Relatório Final de Pesquisa - Departamento de Serviço Social, FURB. (mimeo).

AVRITZER, Leonardo & Navarro, Zander. (orgs) **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre**. Campinas, 2002, Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. Capital Social, Sociedade Civil e Democracia Deliberativa. In: **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 3, p. 75-104, set./dez. 2003.



MOURA, Reidy Rolim de. **Compromisso Governamental, Desenho Institucional e Tradição Associativa: O Orçamento Participativo em Blumenau/SC e Chapecó/SC.** Florianópolis, UFSC, 2004. (Dissertação de Mestrado).

ANDRADE, Edinara T. de & MOURA, Reidy Rolim de. **Orçamento Participativo de Blumenau: as mediações entre o poder político local e a população.** Blumenau: FURB, 1999. Relatório Final de Pesquisa - Departamento de Serviço Social, FURB. (mimeo).

REIS, Bruno. Capital Social e confiança: questão de teoria e método. In: **Revista de Sociologia e Política**, nº 21, Curitiba, 2003.